

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Marcos Lula Martins.

O SR. MARCOS LULA MARTINS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, Sr. Presidente, Doutor Ulysses, voltamos à tribuna para trazer uma preocupação que é de V. Exa. também e, certamente, de todos os servidores que estão aqui, o lamspe, que V. Exa. conhece bem.

Qual será o futuro do lamspe? Um projeto para transformá-lo em uma autarquia. O que vai acontecer com o lamspe? Nossa bancada fez emendas de recursos para o lamspe que, no final do ano, estava praticamente fechando as portas. Quantos convênios, pelo estado afora, quantas cidades, quantas cirurgias que não foram transferidas, às quais as pessoas não tiveram acesso? E agora, José?

O que vai acontecer com os servidores e com os convênios estado afora? O que vai acontecer com nosso patrimônio? O servidor público lá em Marília, onde também tem uma casa, o que vai acontecer com esse patrimônio nosso, com essa volúpia de privatizar? Parece que a moda é vender o patrimônio, para sobrar dinheiro para eles fazerem alguma coisa, até para aumentar o PIB para os grupos econômicos, os acionistas e grupos econômicos das várias entidades.

Vejam a Embraer, uma empresa que era uma riqueza do nosso país, que fabrica aviões e manda para o mundo inteiro. Venderam esse patrimônio, que foi entregue para uma empresa americana. Hoje, 70% da Embraer já é da Boeing. Aqui nós já assistimos isso na Petrobras, pois os acionistas lá de Nova York é que determinam o preço da gasolina, que vive aumentando, permanentemente. Depois que abriram o pé-sal, as empresas estrangeiras podem explorar o petróleo o quanto quiserem, não há controle. Eles levam lá para fora, fazem o refinamento, e nós temos que comprar deles de acordo com o preço dos acionistas e dos aumentos por mês que vão sendo dados.

Quanto ao lamspe, quantos patrimônios já foram vendidos, privatizados? Agora será a nova remessa da nossa soberania que está em jogo. Cada cidadão, cada cidadã, cada deputado precisa ficar esperto, observando tudo isso. Isso não vai acontecer para uma pessoa ou outra, para um partido, mas para a humanidade, para a população. O lamspe está aí, e o Hospital do Servidor é o único a atender os servidores. Que garantia nós temos de que isso não possa ser privatizado? Isto é o que está em jogo: o serviço público deixar de ser público.

Como no caso do SUS, 70% do povo brasileiro depende do SUS, e 50% do povo brasileiro terá que ter convênios médicos. Há um projeto lá em Brasília para fazer uma reforma da Saúde, uma mudança na Saúde, e o SUS está nesse bolo. Concluindo, Sr. Presidente, 50% do povo brasileiro terá que comprar convênio, mas o recurso que vem do governo federal - ou do povo - passa para eles tomarem conta. A pessoa paga duas vezes. Vejam a situação que estamos vivendo!

Ficam aqui registradas essas preocupações. Nós não podemos ficar alheios a esse processo de desmonte, que agora aumenta nossa preocupação em todas as áreas. M M u i t o obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, na verdade eu não faria mais nenhum pronunciamento, mas o deputado Marcos Martins, que conduz com muita competência e afinco a Frente Parlamentar em Defesa do lamspe, desempenhando um papel importante nessa defesa, lembrou muito bem o projeto do lamspe que chegou à Alesp, transformando o lamspe em uma autarquia especial.

Esse projeto não avança em nada praticamente. A única coisa boa que há nesse projeto é a inclusão dos professores categoria "O" no lamspe, o que autoriza o professor a utilizar o lamspe. Isso é uma reivindicação que nós sempre defendemos veementemente. Inclusive, eu apresentei um projeto de lei trazendo essa garantia: o PLC 24, de 2015, que tem o apoio de Vossa Excelência.

Os servidores do lamspe não serão beneficiados, nem os servidores em geral. Esse projeto é muito ruim. Nós apresentamos muitas emendas: V. Exa. apresentou, o nosso mandato, as bancadas. Apresentamos emendas em comum acordo com as entidades representativas dos servidores, do lamspe e de fora do lamspe, para que o projeto seja melhorado e ajustado.

Esperamos que a Assembleia Legislativa aprove nossas emendas; elas são importantes para que o lamspe melhore o atendimento e atenda com dignidade os nossos servidores, não só aqui no Hospital do Servidor Público, como também nas clínicas conveniadas, nos Ceamas, nos hospitais que recebem também os recursos no interior paulista, na Baixada Santista, na Grande São Paulo, e mesmo aqui, na Capital.

Isso é fundamental, é por isso que o projeto foi apresentado. Mas o projeto foi apresentado sem acolher as sugestões, as reivindicações dos servidores de dentro do lamspe. Eles, sim, conhecem os gargalos e as dificuldades do hospital, porque estão lá há anos, trabalham lá dentro, e sabem muito bem como melhorar.

Mas, uma das grandes reivindicações é o aumento do financiamento. Essa é uma luta histórica que fazemos. Vossa Excelência sempre levantou a bandeira dos dois por cento da contrapartida do estado, que não existe. Isso não consta do projeto de lei. Nós apresentamos emenda.

A questão da data-base salarial dos servidores não aparece. Enfim, nós apresentamos emendas, mas é um projeto que se for aprovado do jeito que foi encaminhado para a Alesp, sem a incorporação das nossas emendas - repito: as nossas emendas são as reivindicações dos servidores, os verdadeiros responsáveis pelo funcionamento do hospital.

Mesmo assim, o hospital é de boa qualidade, dá um atendimento humanizado para os nossos servidores, porque temos lá dentro pessoas sérias, verdadeiros missionários. A infraestrutura é toda sucateada, toda degradada, dentro do lamspe. Se ele funciona com essa qualidade que estou dizendo, é graças ao esforço dos funcionários, que não são valorizados pelo Governo, nem do ponto de vista salarial, nem do ponto de vista das condições de trabalho. Basta entrar lá dentro para perceber.

Agora, o Governo não faz a sua parte: não financia o hospital corretamente. Então, Sr. Presidente, gostaria de me associar ao que disse o deputado Marcos Martins em relação ao lamspe.

Apelo para os 94 deputados e deputadas da Assembleia Legislativa para que votemos imediatamente o Projeto de lei nº 123, do Ipesp, dos advogados e dos cartorários. O projeto está parado aqui. Já acabou a eleição; acabou o primeiro turno e acabou o segundo turno. Há um consenso, o projeto já foi debatido, já está em votação, já está nos encaminhamentos, não cabe nem debate mais.

Ele ficou travado aqui por conta de uma briga do PSDB com o PSB, com o governo Márcio França. Parece que acabou a briga agora, então o projeto tem que ser votado em caráter de extrema urgência, para resolver definitivamente, ou, pelo menos, para reparar uma parte dos grandes e graves prejuízos sofridos pelos advogados e pelos cartorários contribuintes das carteiras previdenciárias do Ipesp, que foram golpeados em 2009 e 2010.

Esse projeto ameniza um pouco, mas não resolve a situação. Somos críticos, também, mas isso é o que existe de concreto para amenizar a situação dos nossos advogados e cartorários, Sr. Presidente. Portanto, vamos votar esse projeto imediatamente. Não dá mais para ficar esperando.

Essa é a nossa reivindicação, e, logicamente, aprovar os outros, também: o PLC 34, dos cirurgiões-dentistas; o PL 31, que proíbe o transporte de carga viva no estado de São Paulo. O Projeto de lei nº 788, do Ministério Público, dos Oficiais de Promotoria, que é um projeto importante e que tem que ser votado imediatamente. O da Enfermagem, das 30 horas, que ainda não foi votado. E tantos outros que estão na pauta e temos que votar imediatamente em caráter de extrema urgência. Temos que derrubar aquele veto ao recurso, que tínhamos aprovado no Orçamento passado, para o HU, Hospital Universitário, que está sendo destruído pelas reitorias, está sendo sufocado. Temos que aprovar imediatamente a derrubada do veto.

Temos uma pauta enorme e vejo a Assembleia vazia. Já era hora de ter voltado a funcionar. Aliás, não era para ter parado. Porque é uma vergonha que uma Assembleia Legislativa, que é a maior do Brasil, esteja totalmente paralisada. Não representa a população, não fiscaliza o Executivo e não legisla. Faça esse apelo aos 94 deputados e deputadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as Lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 21 minutos.

\*\*\*

## 5 DE NOVEMBRO DE 2018 142ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidência:** CORONEL TELHADA e MARCO VINHOLI
**Secretaria:** CARLOS GIANNAZI

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão. Anuncia a visita de alunos da Escola Estadual General Mascarenhas de Moraes, e das escolas municipais Lupércio Guedes Pinto, e Maria Cândido Alves Pinto, da cidade de Elias Fausto - SP, acompanhados pelas professoras Sandra Bicudo de Almeida, Vera Lúcia Trombini, e Eveline Andrade Dias.

2 - CARLOS GIANNAZI

Saúda os visitantes. Manifesta apoio à professora Juliana Lopes, demitida pelo estabelecimento de ensino particular Liceu Jardim, de Santo André. Crítica o programa Escola Sem Partido. Lamenta o posicionamento de professora que lecionara usando camiseta com foto de Jair Bolsonaro. Acrescenta que há clima de insegurança e de ameaças em escolas. Assevera que deve tomar providências em defesa da legislação do ensino, no país. Exibe e critica foto do movimento Direita Sorocabana. Lembra criação do disquedenúncia, pelo seu mandato, contra o Escola sem Partido.

3 - MARCO VINHOLI

Comenta a nomeação de Gilberto Kassab e de Rodrigo Garcia como secretários de João Doria. Manifesta-se a favor da redução de cargos comissionados no Governo do Estado. Anuncia que fora convidado para ser membro da equipe de transição entre os governos. Defende a aprovação de projeto de lei de sua autoria, que visa a criar o Fies em São Paulo, programa destinado ao financiamento estudantil.

4 - MARCO VINHOLI

Assume a Presidência.

5 - CORONEL TELHADA

Lista e parabeniza municípios paulistas que comemoram aniversário nesta data. Lamenta o falecimento do policial militar Renan Batista de Souza, ocorrido em treinamento, no mar. Informa o falecimento de Daniel da Costa Lucena, assassinado na zona leste da capital. Comenta a morte do sargento Elias Alves Pereira, ocorrido no Ceará, e do policial militar Marco Antônio dos Santos, da Bahia. Clama por mudanças na legislação penal do país.

6 - CARLOS GIANNAZI

Defende a regularização de diplomas de professores que atenderam às exigências de formação. Aduz que deve acionar o MEC - Ministério da Educação, e o Ministério Público Federal.

7 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

8 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

9 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 06/11, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA - PP - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Carlos Giannazi para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO – CARLOS GIANNAZI – PSOL - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

\*\*\*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos recebendo hoje a visita dos alunos da Escola Estadual General Mascarenhas de Moraes, que foi comandante da Força Expedicionária Brasileira, da Escola Municipal Lupércio Guedes Pinto e da Escola Municipal Maria Cândida Alves Pinto, da cidade de Elias Fausto, São Paulo.

Sejam todos bem-vindos. É um prazer recebê-los nesta Casa. Os responsáveis são a professora Sandra Bicudo de Almeida, a professora Vera Lúcia Trombini e a professora Eveline Andrade Dias. (Palmas.) Bateram palmas só para a última professora, ela está com mais cartaz do que as senhoras duas. Muito obrigado a todos pela presença, é um prazer recebê-los aqui.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, quero saudar primeiramente os alunos e professores da rede estadual presentes, fazendo aqui um trabalho de cidadania, trabalho importante, um trabalho pedagógico, para que os alunos possam conhecer o funcionamento do Poder Legislativo. Parabenizo os professores pela iniciativa em fazer esse trabalho, que é muito importante na Educação, sobretudo aqui no estado de São Paulo.

Por falar em Educação, quero manifestar todo o nosso apoio e toda a nossa solidariedade à professora Juliana Lopes, que até recentemente era professora da escola Liceu Jardim, que fica em Santo André.

Essa professora foi covardemente demitida pela escola, uma escola particular, porque foi acusada por esse movimento Escola sem Partido. Ela está sendo vítima desse processo de perseguição, que está se alastrando pelo Brasil, e que tem o incentivo de forças retrógradas, forças fundamentalistas, forças hipócritas e conservadoras, do Brasil.

Agora esses grupos são apoiados pelo famigerado presidente eleito, Jair Bolsonaro, e figuras patéticas e bizarras, como o agora eleito deputado federal, Alexandre Frota, e outras figuras também bizarras e patéticas, sem credibilidade nenhuma na sociedade brasileira. Temos também aquela deputada estadual, eleita pelo PSL, em Santa Catarina, que divulgou vídeos incentivando os alunos a filmarem as aulas dos professores, para denunciar esses mesmos professores.

E ela foi desautorizada pelo Ministério Público, uma vergonha. Ela se diz tão moralista, e apareceu depois com fotos, em sala de aula. Ela se diz professora de História, o que é uma vergonha para nós, historiadores, ter uma professora com aquele comportamento, dando aula com a camiseta do Bolsonaro, uma vergonha, e fazendo propaganda e divulgação do movimento Escola sem Partido. É de uma contradição sem precedentes.

Enfim, esse é o cenário que estamos vivendo hoje, de perseguição aos professores, às professoras das escolas públicas e privadas, sem que haja nenhum amparo legal. As pessoas já começam a se movimentar nesse sentido, tentando implantar o terror e o medo.

Há esse clima de insegurança nas escolas. Os professores ficam inseguros e ficam constantemente ameaçados, porque essas pessoas, esses grupos, ficam incentivando os alunos a denunciarem, a filmarem as aulas dos professores.

Isso aconteceu aqui com a nossa colega, professora do Magistério, a professora Juliana Lopes, da escola particular Liceu Jardim, em Santo André. Por conta disso, por fazer um trabalho crítico, um trabalho que é elogiado pela própria escola, pelos próprios donos da escola, mas eles não aguentaram a pressão de alguns setores da comunidade escolar, e demitiram covardemente a professora.

Isso deixou toda a escola indignada, os professores, outros setores da comunidade, e todo o Magistério, hoje, está preocupado com isso e do lado da professora Juliana. Tanto é que amanhã haverá um ato em Santo André em defesa da professora, contra esse ato covarde.

A escola foi covarde, não saiu em defesa da professora, com medo de perder aluno, que paga mensalidade. Parece que a escola atende uma comunidade de classe média. Esse é um caso. Todo o nosso apoio à nossa colega, professora Juliana.

Eu estou tomando providências, porque isso é ilegal. Escola Sem Partido é crime. Isso afronta a Constituição Federal, afronta a LDB, afronta toda legislação de ensino no Brasil. Perseguir professor, constranger professor é crime. Eu estou hoje mesmo protocolando um requerimento na Comissão de Educação da Assembleia Legislativa pedindo a convocação do dono da escola. Ele tem que vir aqui depor, explicar por que demitiu a professora, porque isso é muito grave. Se ela não for readmitida imediatamente eu vou acionar o Ministério Público contra a escola.

Só para concluir, Sr. Presidente, tem mais um caso, que é um absurdo total, uma excrescência, algo abominável acontecendo em Sorocaba. Lá a situação é mais grave ainda porque tem um movimento chamado “Projeto Sorocaba Sem Doutrinação”. Eu até trouxe uma foto para mostrar. Esse movimento também está colocando terror, intimidando os professores de toda a cidade de Sorocaba. É o movimento “Direita Sorocabana”, impondo medo, impondo um clima de terror nas escolas públicas e privadas de Sorocaba.

Tenho a foto. Peço que ela seja mostrada para que os deputados tenham acesso a essa informação. Olhem que absurdo total, “Projeto Sorocaba Sem Doutrinação”, estimulando os alunos. O movimento “Direita Sorocabana” está se inspirando na iniciativa da deputada eleita Ana Carolina, aquela que eu citei, que já está sendo interdita pelo Ministério Público. Olhem em quem o movimento de Sorocaba se inspira, em uma pessoa totalmente desqualificada, que já foi desmascarada em Santa Catarina. É a inspiração desse nefasto movimento de Sorocaba, que está estimulando os alunos a perseguirem professores.

Isso é um absurdo. Quanto a esse eu já estou hoje mesmo acionando o Ministério Público. Esse movimento vai ter que prestar contas no Ministério Público, porque está violando a lei, está afrontando a legislação, promovendo a intimidação e a perseguição de professores e professoras, em nome de uma doutrinação.

Se eles estivessem tão preocupados com a doutrinação e com a escola pública, eles estariam, sobretudo, defendendo melhores salários, melhores condições de trabalho nas escolas públicas e privadas de São Paulo. Estão querendo desviar o foco da verdadeira crise da Educação, mas nós não vamos tolerar isso. Em relação a esse movimento, é uma excrescência, uma aberração esse movimento de Sorocaba, “Direita Sorocabana”.

Até para a direita é uma vergonha isso, porque nem de direita é. Isso é fascismo, é nazismo, porque a direita mesmo, os liberais não defendem isso. Os liberais defendem a liberdade de expressão, sobretudo.

Esse é um movimento fascista, um movimento nazista que eles querem implantar no Brasil, sobretudo nas escolas, para ter o controle ideológico das escolas.

É um absurdo, Sr. Presidente. Eu estou chocado com o que está acontecendo no Brasil e na Educação brasileira. Mas nós vamos reagir contra esse crime. Escola Sem Partido é crime, censura é crime, mordçaça nas escolas é crime, perseguir professor é crime. Nós vamos atuar veementemente, acionando o Ministério Público Estadual, acionando a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, acionando o Supremo Tribunal Federal, que já soltou um parecer contra essa proposta, e a Procuradoria-Geral da República, que soltou outro parecer, dizendo que isso é ilegal, não pode. Perseguir professor é crime. Nós vamos reagir com toda veemência.

Por isso eu criei, na Assembleia Legislativa, no nosso gabinete, um disque-denúncia contra o Escola Sem Partido. Se o professor estiver sendo perseguido, ele pode entrar em contato com o nosso gabinete através do nosso Facebook, /carlosgiannazioficial, do nosso site carlosgianrazi.com.br, do nosso telefone do gabinete que é o (11) 3886-6686, o nosso WhatsApp, enfim, tem todas as redes sociais do nosso mandato, mais o telefone e nós vamos encaminhar ao Ministério Público todas as denúncias pedindo providências. Nós não vamos tolerar que os professores sejam perseguidos aqui no estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi, pelo tempo regimental.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Coronel Telhada, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, visitantes - nossas galerias hoje mais lotadas do que de costume no Pequeno Expediente -, funcionários da Casa, nosso grande líder deputado Carlão Pignatari, nosso querido deputado Carlos Giannazi, começando hoje o Pequeno Expediente.

Sabemos, e tenho alertado aqui, que nós vamos ter uma agenda muita intensa nos próximos meses. Temos aqui o Orçamento do Estado, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, finalizando esse mandato, finalizando um trabalho iniciado há cerca de oito anos atrás e que se consolida com o fim deste mandato, projetos importantes para isso. Findando esse, outro se inicia. Nós já estamos aqui com as primeiras medidas do novo governador, João Doria, do estado de São Paulo.

Hoje, tivemos os dois primeiros secretários anunciados. Gente de excelência, com experiência, gente ligada à política a vida toda e que, sem sombra de dúvidas, deve fazer um grande diálogo com esta Casa. Começando pelo ministro Gilberto Kassab, que será o próximo Chefe da Casa Civil, que mantém diálogo próximo com esta Casa. Gilberto Kassab, pessoa - como já disse - de excelência que, sem sombra de dúvida, deve realizar um grande trabalho à frente da Casa Civil do estado de São Paulo, como também, o Rodrigo Garcia, nosso secretário de Governo. Rodrigo Garcia foi o coordenador da campanha do João Doria. Ele já passou pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Secretaria da Habitação. Enfim, ele teve seu desempenho testado e aprovado até na Presidência desta Casa. Sem dúvida ele fará um grande trabalho na Secretaria de Governo, que não vai ser o molde da Secretaria, para não acumular os dois salários, o de vice-governador e de secretário, mas vai tocar como gerente o Governo do estado de São Paulo. O nosso querido Rodrigo Garcia fará um modelo de Estado mais enxuto, reduzindo, não o direito dos trabalhadores, do funcionalismo público do estado de São Paulo - é importante que se diga isso - mas reduzindo cargos comissionados, cargos com função política, colocando o Estado mais enxuto e podendo priorizar o investimento em obras e prioridades do estado de São Paulo.

Amanhã teremos mais um anúncio de novos secretários, fazendo a espinha dorsal do Governo na área da Fazenda, da Educação e da Saúde. Esses são os seus primeiros secretários.

E nós, já pensando em torno disso no Orçamento do ano que vem, e poder já modelar o Estado nesses moldes que o governador está planejando.

Ontem eu fui convidado por ele para fazer parte dessa equipe de transição. Vou acompanhar essa equipe de transição muito focado nessa parte, já pensando nesse novo modelo de Estado, entregando para a sociedade, que paga seus impostos, serviços melhores e, sem sombra de dúvidas, inovações. Temos várias inovações previstas para esse período. Que possamos, além de dar prosseguimento àquelas políticas públicas, que fizeram do estado de São Paulo o principal estado da Nação em termos de serviços públicos, mas também com muita inovação, trazendo tecnologia para a gestão pública, conseguindo implementar os Baep’s, que foram propostas de campanha, o Corujão da Saúde e tanta coisa boa que vem por aí.

Estamos aqui finalizando esse semestre. Os deputados que estão na Casa clamam pela aprovação de seus projetos. Eu acho que é fundamental podermos pautar esses projetos também nos próximos meses.

Eu tenho aqui um projeto que cria o Fies no estado de São Paulo, o Fies São Paulo, através do banco Desenvolve São Paulo. Vou lutar muito para que possamos aprovar esse projeto antes do término do mandato para que possamos ter uma linha de financiamento estudantil custeada pelo estado de São Paulo, que tem porte, tamanho e responsabilidade para isso. Espero que possamos aprovar este e outros projetos dos colegas, antes do término deste mandato.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Marco Vinholi.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - MARCO VINHOLI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

SR. CORONEL TELHADA - PP - Sr. Presidente, deputado Marco Vinholi, deputado Carlão Pignatari, deputado Carlos Giannazi e demais deputados presentes, funcionários desta Casa, assessores, policiais militares - cabo Monteiro e cabo Robson, que cuidam da nossa segurança -, público presente, telespectadores da TV Assembleia, quero começar saudando as cidades do estado de São Paulo que fazem aniversário hoje.

São elas: as cidades de Espírito Santo do Turvo, Guatapará, Itapetinga, Pilar do Sul e Rosana. Deixo o nosso abraço a todos os municípes dessas cidades. Estamos sempre à disposição, na Assembleia, para trabalhar pelo melhor para o nosso estado de São Paulo.

Sr. Presidente, hoje quero falar de algumas fatalidades que aconteceram na Segurança Pública. Nesta semana, inclusive, nós perdemos um policial militar que trabalhava diretamente com meu filho. É um jovem policial militar que tinha 26 anos de idade. Ele faleceu na última sexta-feira, num treinamento no Curso de Operações Especiais da Polícia Militar.

O jovem Renan Batista de Souza era solteiro e ingressou na Polícia Militar em 2014, portanto, tinha, no máximo, cinco anos de serviço. Ele faleceu durante uma aula de natação, no mar, na região da Ilha Anchieta. É uma grande fatalidade. Eu estive no funeral desse menino, na sexta-feira. Foi uma situação muito triste ver a sua família. Era um menino jovem, solteiro, com a vida toda pela frente. Era um atleta nato, mas perdeu a sua vida num treinamento, dessa maneira triste. Como seu irmão disse para mim, a Polícia Militar era o sonho da sua vida. Ele já tinha uma passagem pelo Exército Brasileiro e, infelizmente, faleceu em serviço.

Perdemos outro policial em São Paulo, na zona leste, que foi morto a tiros, na última quarta-feira, dia 31 de outubro. É o Daniel da Costa Lucena, de 48 anos. Ele estava com o carro estacionado, quando foi abordado por dois criminosos, que já chegaram atirando contra ele. O cabo Daniel da Costa Lucena chegou a ser socorrido, mas faleceu a caminho do hospital. Outra pessoa que estava no local havia sido roubada, momentos antes, pelos mesmos criminosos. Então, é uma fatalidade a perda do cabo Daniel da Costa Lucena, de 48 anos, que foi morto na zona leste da cidade de São Paulo.

Lá no Ceará, também houve a morte de um policial militar, no dia 2 de novembro, mas os criminosos foram presos. Trata-se do sargento Elias Alves Pereira, de 60 anos, que já era sargento da reserva, estava aposentado. Ele se encontrava na companhia de um cunhado, que também foi baleado. Ele estava se deslocando, quando foi abordado pelos criminosos. Os indivíduos deram voz de prisão e atacaram o policial, que foi alvejado por vários tiros e morreu.

O cunhado dele tentou fugir, mas acabou sendo baleado, várias vezes, e está em estado grave, no hospital. O sargento Elias Alves Pereira é o 16º policial morto neste ano, no estado do Ceará. Finalmente, o último policial morto foi no estado da Bahia. É um jovem policial militar, Marco Antônio dos Santos. Infelizmente, todas as polícias militares pagam um salário muito baixo aos seus policiais e eles, em seus momentos de folga, fazem alguns serviços que chamamos de bico. O Marco Antônio dos Santos fazia um bico de Uber, aquele aplicativo 99, e acabou sendo abordado por alguns criminosos que o mataram quando ele prestava esse serviço nas proximidades da Estrada Velha do Aeroporto.

Então, mais um policial militar, um jovem policial militar, o Marco Antônio dos Santos, morto no estado da Bahia. Infelizmente, as mortes continuam e estamos pedindo que os deputados federais, senadores e o próximo presidente, Jair Bolsonaro, se debrucem sobre nossa legislação penal, para tornar essa lei mais rigorosa.

Hoje, antes de vir para cá, estava vendo na televisão aquele jogador do São Paulo que foi morto, no Paraná, de maneira violenta. Não apenas foi morto, como também esquartejado. E sabemos que aquele indivíduo, se for preso, vai cumprir um sexto da pena e ser colocado em liberdade. É um absurdo. Imaginem os senhores, o indivíduo é condenado a trinta anos e puxa um sexto da pena, ou seja, depois de cinco anos ele é colocado em liberdade. Isso é justiça? Não é justiça.